

Quinta-Feira, 14 de Maio de 2026

## **Polícia Civil de MT deflagra terceira fase de operação e desmonta esquema nacional de fraudes virtuais**

### **Operação Código Seguro 3**

Redação

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou na manhã desta terça-feira (21.10), a terceira fase da Operação Código Seguro, com alvo em um grupo criminoso pulverizado em diversos estados do país, dedicado à obtenção e comercialização de dados sensíveis e ferramentas para práticas de diferentes tipos de fraudes e outros crimes pela internet.

São cumpridas na operação 48 ordens judiciais expedidas pelo Núcleo de Justiça do Juiz de Garantias de Cuiabá com base em investigações conduzidas pela Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI).

Dentre as ordens judiciais estão sete mandados de prisão, 15 de busca e apreensão, 15 de afastamento telemático, três retiradas de sites do ar, sete retiradas de canais do Telegram, uma retirada de grupo de WhatsApp e sequestro de valores no valor de mais de R\$ 5,9 milhões.

Todos os mandados são cumpridos fora do estado de Mato Grosso, sendo identificados alvos em nove estados do país. As ordens judiciais são cumpridas nas cidades de São Paulo (SP), Francisco Alves (PR), Fortaleza (CE), Riachão (MA), Cabo Frio (RJ), Jaraguá do Sul (SC), Lauro de Freitas e Apurema (BA), Manaus (AM), Coronel Murta (MG).

As investigações, coordenadas pelos delegados Gustavo Godoy Alevado e Guilherme Rocha e que levaram à identificação do grupo criminoso iniciaram no ano de 2023, após acessos indevidos a sistemas policiais, por meio de credenciais (senhas) vazadas. As duas fases anteriores da operação Código Seguro foram realizadas em julho e novembro de 2024.

## Eixos de atuação e diversidade de fraudes

Por meio do material apreendido nas primeiras fases da operação, foi possível identificar um primeiro eixo de atuação do grupo criminoso, que consistia na manipulação de informações veiculares por meio da aquisição de credenciais de acesso a sistemas governamentais restritos, com o fim de obter dados confidenciais de chassis, motores e placas de veículos.

O propósito da coleta indevida de dados era fazer com que veículos furtados ou roubados fossem "esquentados", ou seja, tivessem seus sinais identificadores adulterados para simular uma situação de regularidade, facilitando sua reinserção no mercado.

Porém, com o avanço das investigações foi possível identificar que a rede criminosa atuava em diversos tipos de fraudes e crimes cometidas por meios virtuais como clonagens de cartões de crédito, comércio de dados, operados por meio de sites específicos ligados ao grupo e canais do Telegram e grupos de WhatsApp.

Além disso, a investigação apontou o uso de plataformas de apostas esportivas e corretoras de criptomoedas como meios para reintroduzir os valores no mercado formal, simulando ganhos lícitos. As atividades criminosas se estendiam a fraudes contra serviços específicos, como aplicativos de transporte (99, Uber) e empresas de recarga de celular (RecargaPay), onde cartões clonados ou gerados eram empregados para obter serviços de forma indevida.

Segundo o delegado titular da unidade Guilherme Fachinelli, a terceira fase da Operação Código Seguro representa um marco importante nas investigações de crimes informáticos conduzidas pela Polícia Civil de Mato Grosso.

“A operação ação demonstra, de forma inequívoca, a capacidade técnica e operacional da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos em identificar, mapear e desarticular a rede criminosa que atuam em larga escala no ambiente virtual, por meio da investigação qualificada e o combate efetivo aos crimes tecnológicos, preservando a segurança dos dados, a integridade das instituições e o patrimônio da sociedade”, destacou o delegado.

#### Apoios operacionais

Participam da operação policiais da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI) em parceria com as equipes da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), Delegacia Especializada de Crimes Fazendários (Defaz), Delegacia Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e Diretoria de Inteligência da Polícia Civil de Mato Grosso.

O cumprimento dos mandados contam com apoio das Polícias Civas do Amazonas, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina ( PC/AM, PC/BA, PC/MA, PC/CE, PC/RJ, PC/SP, PC/MG, PC/PR e PC/SC.), sob a organização operacionalizada da Coordenadoria de Enfrentamento ao Crime Organizado (Cecor) da Polícia Civil de Mato Grosso.